
**A ECONOMIA MUNDIAL EM 1981:
MODERAÇÃO DAS EXPECTATIVAS**

A ECONOMIA MUNDIAL EM 1981: MODERAÇÃO DAS EXPECTATIVAS

A medida que vamos entrando na década dos anos 80, desvanece-se a impressão de que a crise económica seria um fenómeno passageiro e de que o mundo industrializado em breve voltaria às altas taxas de crescimento, com quase pleno emprego e reduzida inflação, que caracterizaram os anos 50 e 60. As perspectivas para 1981 apontam no sentido de um agravamento da conjuntura, com o desemprego a atingir níveis excepcionalmente altos e com a alta de preços praticamente ao mesmo ritmo.

Entre 1979 e 1980 o preço do petróleo mais do que duplicou (e nada garante que, nos próximos anos, não continue a subir aceleradamente). Ainda mal refeito do primeiro grande choque do petróleo (quando, em 1973-74, os preços das ramas foram multiplicados por quatro), o mundo enfrenta, agora, a segunda recessão induzida pelo encarecimento brutal da energia — mas, desta vez, com uma percepção mais clara de que crises deste tipo vão suceder-se.

É, aliás, incorrecto atribuir à alta de preços do petróleo toda a responsabilidade pelas dificuldades actuais: foi antes de 1973 que economistas e comentadores puseram a correr a expressão *stagflation* («estagflação») para designar o fenómeno, até finais dos anos 60 praticamente desconhecido, da ocorrência simultânea de estagnação produtiva (com os consequentes problemas de emprego) e de inflação elevada. Naturalmente que a subida vertiginosa dos custos da energia veio agravar muitíssimo os sintomas de «panne» nos sistemas económicos dos países industrializados ocidentais; mas a crise já era visível antes dessa subida.

RIGIDEZ DOS MECANISMOS SOCIAIS

Dir-se-ia que, por volta do final da década de 60, começaram a funcionar mal os mecanismos económico-sociais que permitiram o mais longo e espectacular «boom» de que há memória. Um «boom» que consagrara a capacidade interveniente do Estado, desenvolvendo uma acção anticíclica e compensadora da imperfeição do mercado.

A aceleração do ritmo da alta de preços, anterior à crise do petróleo, denunciara uma certa rigidez dos mecanismos económico-sociais. Como era possível que desemprego e salários nominais aumentassem simultaneamente? Mas esse tornou-se um fenómeno corrente nos últimos quinze anos, como que a demonstrar a irrelevância do jogo tradicional da oferta e da procura. Outros factores haviam entrado em cena, limitando ou distorcendo o mercado: as intervenções estatais, a emergência das grandes empresas multinacionais e o poder contratual dos sindicatos.

Assim, a economia passou, cada vez mais, a responder apenas parcialmente aos estímulos. Num período de expansão sobem os salários — mas nem por isso eles descem numa fase depressiva. Inevitavelmente, a alta dos preços acelerou-se ao mesmo tempo que baixava a taxa de expansão produtiva.

O que se passa com a inflação é, aliás, típico. Pode dizer-se que, após um quarto de século em que, no Ocidente industrializado, a generalidade das pessoas se habituou a melhorar de nível de vida praticamente todos os anos, custa muito aceitar a estagnação. Desse modo, é difícil não melhorar nominalmente os salários, mesmo quando os ganhos de produtividade não o justifiquem: essa uma das razões para o acelerar da inflação, quando a economia estagna. A ilusão monetária disfarça a realidade.

Ao mesmo tempo, o desemprego cresce — e os salários nem por isso deixam de subir (aparentemente pelo menos). O próprio desenvolvimento do «welfare state» permite encarar, hoje, a situação de desemprego num país rico com relativo à-vontade: nada de comparável, certamente, à condenação à miséria que o desemprego significava há cinquenta anos ainda. Ainda bem — mas o preço deste progresso social está numa certa perda de eficácia do mercado de trabalho como mecanismo regulador.

Entretanto, o investimento produtivo mostra uma compreensível hesitação. Investir em tempo de crise é sempre arriscado, tanto mais que a crise não é apenas económica — também é social e política, com todas as incertezas inerentes. Assim se vai hipotecando o futuro, consumindo agora o que devia ser poupado e investido.

O receio de investir em empreendimentos de longa maturação e a prioridade dada à segurança levam a que seja insuficiente o desenvolvimento de novos sectores produtivos. Insistem os países mais industrializa-

dos em actividades industriais que, numa saudável divisão internacional do trabalho, deveriam abandonar em favor das economias menos avançadas — é o caso do sector têxtil, por exemplo, ou, até, do sector automóvel. Uns e outros perdem com isso, naturalmente, sendo o prejuízo dos países industrializados o que resulta de uma utilização menos produtiva de recursos.

RETORNO AO MERCADO?

Neste quadro é fácil de compreender a tendência, registada nos últimos anos, para um certo retorno aos mecanismos de mercado. A Alemanha Federal do social-democrata Helmut Schmidt tem sido, curiosamente, o bastião da economia de mercado — e é aí que se registam os resultados mais encorajadores (não obstante alguns sinais menos positivos nos últimos tempos). A Grã-Bretanha de Margaret Thatcher e, mais recentemente, os Estados Unidos de Ronald Reagan apostaram também no mercado, o mesmo tendo feito a França de Giscard e Barre.

Resta saber até que ponto será capaz o Estado moderno de se auto-limitar, desobstruindo os mecanismos de mercado. Há um certo conservadorismo libertário, de tendência romântica, para o qual tudo está em impedir interferências do Governo na vida e na autonomia dos cidadãos. Infelizmente, porém, esse tipo de conservadorismo é bem pouco consciente das complexas realidades do mundo de hoje, que se mostra muito diferente do universo individualista e competitivo do século XIX da «Fronteira» americana, por exemplo.

A intervenção do Estado é muitas vezes imposta pelas necessidades sociais e políticas, independentemente das ideologias. M. Thatcher não impediu o aumento das despesas públicas britânicas nem Reagan acabou por se opor ao auxílio federal à empresa Chrysler.

A complexidade da vida moderna exige regulamentação e intervenções difíceis de evitar. Pense-se, por exemplo, no caso clássico da disciplina do trânsito numa grande cidade: quando os automóveis eram escassos, a liberdade de conduzir podia ser muito lata — agora, porém, com um tráfego intenso, as limitações não podem dispensar-se. Paralelamente, é a própria intenção de preservar os equilíbrios do mercado que, muitas vezes, leva os Estados a intervirem — por exemplo, para compensar o poder monopolista (ou quase) de grandes empresas e sindicatos, ou para

proteger grupos sociais sem força suficiente de afirmação (agricultores ou, noutro plano, os idosos e os diminuídos físicos).

Esta é, afinal, a verdadeira crise: o sistema funciona mal porque o mercado foi parcialmente bloqueado, mas parece ilusório regressar à plena e livre competição, que talvez tenha existido aqui e além no passado. Os economistas e os políticos ainda não encontraram sólidas perspectivas de saída.

PROBLEMAS A LESTE

Este impasse nem sequer é, agora, aproveitado pelo marxismo, como acontecera durante a longa depressão dos anos 30. As economias de Leste conhecem, elas também, sérios e profundos problemas que põem em causa o sistema. Só por razões de controlo político, que não de eficiência económica, se mantém aí o sistema de planeamento central (que alguns países, como a Hungria, conseguiram, já, tornar um pouco menos rígido).

As reformas económicas, mais ou menos liberalizantes, propostas nos anos 60, acabaram por ser boicotadas, em vários países de Leste, pelas burocracias partidárias, justamente receosas de que a descentralização dos poderes de decisão económica e a autonomia dos gestores de empresas lhes retirassem boa parte do seu poder. O resultado foi a ineficiência crescente da economia, afectada por uma produtividade muito baixa e índices inquietantes de desperdício (no sentido, por exemplo, de produção realizada apenas para cumprir as metas quantitativas do plano e não para satisfazer necessidades dos consumidores — um tipo de desperdício, diga-se de passagem, que lembra as alusões marxistas aos malefícios da publicidade ocidental).

E se o colectivismo permitiu, e mesmo facilitou (embora com enormes custos humanos), a industrialização rápida das economias da União Soviética e de outros países comunistas, a verdade é que a direcção económica central se revela cada vez mais inapta para diversificar a produção e os serviços no sentido desejado por sociedades constituídas por pessoas cujas necessidades básicas foram já satisfeitas. Nem essas pessoas, que não conheceram o subdesenvolvimento de outros tempos, se contentam, agora, com a supressão de carências essenciais. Por isso não espanta ver surgir, na Polónia, um tipo de reivindicações muito semelhantes às formuladas pelos operários ocidentais.

CONSEQUÊNCIAS DA ESTAGNAÇÃO

Entretanto, os anos de crise que já se viveram parecem ter contribuído para uma clara moderação das expectativas, pelo menos a Ocidente. Não se espera muito mais do Estado e das suas intervenções (ao contrário do que acontecia há vinte anos, quando se julgava ter a acção anticíclica dos Governos eliminado as crises para sempre), como a opinião pública já admite, sem grande resistência, que a prioridade das políticas económicas governamentais vá para o combate à inflação, em prejuízo do estímulo à expansão económica e da luta contra o desemprego.

Mas não nos iludamos: o actual nível de desemprego (com tendência a aumentar) poderá, como se referiu, não ter as catastróficas consequências sociais imediatas do passado, mas não deixa de produzir um efeito extremamente corrosivo, em particular sobre a juventude. A falta de perspectivas profissionais aflige boa parte dos jovens de hoje da Europa e da América. Ninguém pode prever quais serão as consequências políticas de um sentimento generalizado, por parte da juventude, de rejeição pela sociedade.

Noutro plano, as dificuldades económicas actuais coincidem com uma reconhecida necessidade, a Ocidente, de aumentar o esforço de defesa. A Leste, o consumidor tem sido a grande vítima dos acréscimos anuais do valor (em termos reais) das despesas militares. A «sociedade de consumo» ocidental deixou-se, assim, ultrapassar e foram precisas uma invasão (Afeganistão) e uma ameaça de invasão (Polónia) para a opinião pública começar a inquietar-se. Só que desviar recursos para a defesa quando a economia estagna, ou quase, torna-se politicamente difícil. A crise económica afecta, desse modo, a segurança — e não apenas o bem-estar das pessoas.

O problema é particularmente sensível na Europa, onde uma longa tradição de viver à sombra da protecção militar norte-americana parece ter desviado a atenção das responsabilidades com a defesa. É, afinal, essa relutância de assumir encargos com a própria segurança, com tudo o que isso significa politicamente, que — porventura bem mais do que a crise económica — tem frustrado a integração da Europa numa comunidade realmente unida.

CRISE NA INTEGRAÇÃO

É certo que a estagnação produtiva e o desemprego geram reflexos proteccionistas, travando a tendência para a integração económica internacional, tão em voga nos anos 60, quando se vivia um período de expansão e pleno emprego. Hoje a integração não está já na moda, e certas experiências selaram-se por fracassos, tendo sido parcialmente abandonadas (caso da integração na América Latina, através da ALALC, por exemplo).

Mas é sobretudo a vontade política que tem faltado à integração europeia. No Mercado Comum discute-se, agora, cada centavo do orçamento, procurando cada país membro contabilizar cuidadosamente os benefícios e os custos de pertencer à Comunidade. Nesse espírito é difícil prever que a CEE leve a bom termo as duas grandes tarefas que tem pela frente: reformar a política agrícola comum (excessivamente proteccionista, gerando distorções graves e absorvendo uma parcela enorme do orçamento comunitário), antes que se chegue à exaustão dos recursos para a financiarem; e proceder ao alargamento da Comunidade à Grécia (que já é o seu décimo membro), Portugal e Espanha.

A revisão da política agrícola europeia tem a ver, aliás, com a entrada do nosso país e da Espanha (até porque os franceses têm condicionado a segunda à primeira). Mas mais premente ainda é a necessidade de uma reforma institucional da CEE, em particular no que respeita aos mecanismos de decisão, de maneira a que a Comunidade de doze membros não fique condenada à paralisia. Ora, não se vê muito bem como será possível avançar nesse sentido — que exigirá uma certa dose de renúncia às soberanias nacionais, em favor de Bruxelas — sem uma forte vontade política integradora, a qual, por sua vez, implica necessariamente, de uma forma explícita ou não, um projecto comum de defesa. Resta esperar que os próprios problemas do alargamento representem o impulso eficaz para que a Comunidade Europeia consiga operar reformas sem as quais tenderá a diluir-se numa mera união aduaneira e pouco mais.

A IMPORTÂNCIA DO PETRÓLEO

Se bem que, como atrás se referiu, não se possa imputar à subida do petróleo toda a responsabilidade no agravamento dos problemas económicos actuais, é inegável que a crise energética marca profundamente os

nossos dias. Quando se aponta a OPEP como um «cartel» internacional que logrou tirar todo o partido da dependência das economias industrializadas face ao petróleo, só se vê uma parte da verdade. Acontece que o papel da OPEP como monopólio tem sido exagerado: a realidade de fundo é a de uma escassez de oferta perante a expansão da procura de petróleo, fazendo inexoravelmente subir os preços.

Com ou sem a OPEP teríamos uma energia cara — a menos que se descobrisse (o que não aconteceu, pelo menos até agora) um substituto satisfatório para o petróleo. Com a energia nuclear alvo de forte contestação e com as fontes energéticas renováveis ainda de importância apenas marginal, a dependência em relação ao petróleo é enorme, numa altura em que a produção petrolífera mundial terá atingido, provavelmente, o seu máximo.

Poupar — isto é, conservar e não desperdiçar — energia revela-se, assim, uma das poucas linhas de defesa imediata contra o encarecimento do petróleo. O retorno ao carvão é outra via a que, cada vez mais, a escassez relativa do petróleo obriga a recorrer.

Embora os primeiros (e não acentuados) aumentos dos preços das ramas tivessem ocorrido já em 1973-74, só agora é que o consumidor europeu e, sobretudo, o norte-americano, começa a tomar plena consciência do problema. O atraso com que evoluíram — isto é, subiram — os preços dos produtos petrolíferos pagos pelo consumidor em relação ao custo do «crude» disfarçou a crise durante algum tempo. Só que, ao disfarçá-la, agravou-a também — na medida em que deixavam de funcionar incentivos não só para poupar como para desenvolver fontes energéticas alternativas.

Mas a tendência para um certo regresso às realidades do mercado — que já vimos caracterizar a economia deste tempo de crise — também se está a fazer sentir no sector dos produtos petrolíferos, em particular nos Estados Unidos, onde era maior a distorção. Desse modo vai entrando na consciência social a ideia de que o encarecimento das ramas, deteriorando as razões de troca para os importadores, significa que estes empobrecem, na medida em que terão de exportar cada vez mais bens para comprarem a mesma quantidade de petróleo.

Ou seja, também, o petróleo contribui para a acentuada moderação das expectativas de melhoria de bem-estar económico que, hoje, se suscitam nas sociedades industrializadas.

Entretanto, se os países ricos se preocupam, a Leste e a Oeste, com uma certa estagnação no crescimento, os países pobres vêm-se a braços com problemas aflitivos. Os «deficits» da balança de pagamentos aumentam vertiginosamente com o encarecimento do petróleo, as dívidas das economias do Terceiro Mundo aos bancos dos países do Ocidente atingem, já, níveis preocupantes, e as instâncias internacionais (FMI, Banco Mundial, etc.) tardam a encontrar fórmulas práticas e significativas de auxílio financeiro.

Estamos, de certo modo, no fim de uma época — quando parecem ter-se quase esgotado as virtualidades de desenvolvimento, ou até de sobrevivência, segundo os esquemas conhecidos. Ainda é cedo, porém, para se ter uma ideia do que serão as sociedades de futuro — nem sequer sabemos até que ponto seremos capazes de ultrapassar, em paz, os actuais problemas. Isso torna o tempo presente particularmente difícil, pela sua falta de perspectivas. Mas tais perspectivas novas não cairão do céu: terão os homens de as construir, agora. E essa tarefa é apaixonante.

Janeiro de 1981.

Francisco Sarsfield Cabral